



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO: VELHICE E PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO

**Envelhecer e Participar: construindo caminhos para a cidadania
da pessoa idosa com uma experiência de Extensão Universitária**

Rosiran Carvalho de Freitas Montenegro¹

Resumo: O artigo discute envelhecimento, cidadania e participação com base no Projeto de Extensão “Envelhecer e Participar: ação permanente do Núcleo de Políticas Públicas Sociais (NPPS)”. O objetivo é refletir sobre a extensão universitária, buscando qualificar processos e sedimentar a concepção de educação popular propulsora de transformações. Segue perspectiva crítica, utiliza-se de conteúdo do projeto de extensão; memórias das atividades; e instrumento avaliativo da ação de extensão. Recorre-se a materiais bibliográficos e documentos como suporte analítico. Conclui-se que as ações da extensão traduzem-se em espaços plurais, dialógicos, produtores de aprendizagem coletiva e aglutinadores para a visibilidade do envelhecimento e suas demandas.

Palavras-chave: Envelhecimento; Cidadania; Participação; Extensão Universitária

Abstract: This article discusses aging, citizenship, and participation based on the University Extension Project “Aging and Participating: ongoing action of the Center for Social Public Policies (NPPS).” The objective is to reflect on university extension, seeking to qualify processes and solidify the conception of popular education as a driver of transformation. It follows a critical perspective, utilizes content from the extension project, activity records, and an evaluative instrument of the extension action. Bibliographic materials and documents are used as analytical support. It concludes that extension actions translate into plural, dialogical spaces that produce collective learning and serve as rallying points for the visibility of aging and its demands.

Keywords: Aging; Citizenship; Participation; University Extension.

¹ Assistente Social, Docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora em Serviço Social.
rosiran.montenegro@unifesp.br



1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento demográfico é um fenômeno histórico, coletivo e com repercussões no campo social, econômico, político e cultural. Trata-se de uma realidade global com nuances próprias em cada país. No caso do Brasil, o envelhecimento da população vem ocorrendo em contexto de desigualdade social, o que contribui com a complexidade dos desafios nessa fase da vida. Não se trata de uma questão do indivíduo, de seus comportamentos e de sua família. A abordagem do tema requer compreensão das interseccionalidades de classe, raça/etnia, gênero e orientação sexual, uma vez que estas dimensões demarcam condições diversas para o envelhecer. Dessa forma, não cabe o tratamento homogêneo da questão.

Conforme Montenegro (2021, p.26) “o ponto de partida é o entendimento da velhice em sua totalidade social e histórica, ampliando as visões que a reduzem a um fenômeno cronológico ou tão somente biológico”. A inserção social pelo trabalho, a moradia, as formas de acesso às políticas públicas no decorrer da vida vão impactar nas condições para se viver a etapa do envelhecimento. Logo, o enfrentamento dessas necessidades e direitos estão no âmbito da luta coletiva e requer organização para superar as persistentes contradições próprias do sistema capitalista e do contexto histórico que produz mais ou menos respostas às necessidades das pessoas idosas.

Democracia, participação social e cidadania são condições da organização social e política que podem favorecer a conquista de direitos, através da mobilização dos grupos e movimentos sociais, conselhos de direitos e as formas de resistências e lutas sociais que marcam as conquistas de direitos sociais e políticas públicas para a sociedade.

Nesse sentido, compreende-se que a experiência do envelhecimento pode ser marcada pelo protagonismo deste grupo social na defesa de direitos e políticas públicas para o envelhecimento, sem deixar de reconhecer a diversidade de condições nessa fase da vida. As propostas envolvendo esta população devem considerar essa diversidade, entendendo que existem múltiplas velhices e não uma forma única e uniforme de envelhecer.

A extensão universitária é um dos pilares do ensino superior brasileiro, compreendida de forma articulada e indissociável com atividades de ensino e pesquisa. O conhecimento produzido nos projetos e ações extensionistas deve ser compartilhado no sentido de qualificar estes processos e, essencialmente, cumprir o relevante papel da articulação entre a universidade e a sociedade, com vistas à transformação social.

Calcado nessa perspectiva, o artigo discute sobre envelhecimento, cidadania e participação a partir de um breve relato de ações desenvolvidas no primeiro ano de realização do Projeto de Extensão “Envelhecer e Participar: ação permanente do Núcleo de Políticas Públicas Sociais (NPPS)”. Tem como objetivo refletir sobre uma experiência de extensão universitária, buscando qualificar processos e sedimentar a ideia de que a construção coletiva pode ser propulsora de transformação social. Essa construção é essencialmente democrática



e tem como base a educação popular, aqui entendida como processo ético-político, dialógico e emancipatório que requer ação, reflexão e transformação da realidade (Freire 1987).

Fundamenta-se em perspectiva teórico-metodológica crítica e utiliza-se de conteúdos trabalhados no Projeto de Extensão Envelhecer e Participar, memórias das atividades no primeiro ano de realização do projeto e instrumento avaliativo de uma ação de extensão parte do projeto. Recorre-se a materiais da literatura científica e a documentos sobre a temática para fundamentação teórica e suporte analítico.

O artigo está organizado em três eixos que vão discutir sobre envelhecimento, participação e cidadania; breve discussão sobre o Projeto de Extensão Envelhecer e Participar, com foco nos processos construídos no Grupo de Estudos sobre envelhecimento, sob o enfoque da construção coletiva do debate crítico sobre as velhices; e por último, apresenta brevemente o curso de extensão “Formação Vozes da Cidadania”, ação extensionista semestral, inserida nas atividades do projeto de extensão.

2 ENVELHECIMENTO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

O envelhecimento demográfico, fenômeno ocorrido de forma acelerada no Brasil, torna desafiante a construção de respostas para as demandas das pessoas idosas. Partilha-se do entendimento de que a velhice seja a etapa da vida onde se evidencia com maior perversidade o resultado de processos vividos em contextos de desigualdade social pela classe trabalhadora, situação característica da realidade brasileira. Nesse sentido, fala-se em velhices marcadas pelas interseccionalidades de classe, raça/etnia, gênero, diversidade sexual e não em “idoso” como se esse grupo social tivesse um perfil homogêneo com as mesmas necessidades.

A Gerontologia Social Crítica² é uma perspectiva que vem ocupando espaço acadêmico e que embasa esse entendimento. As condições para se viver esta etapa da vida são determinadas historicamente por fatores de ordem econômica, política, social e cultural, razão de se falar dos aspectos multidimensionais para compreensão das velhices.

Conforme Montenegro (2021):

[...]o vocábulo *velhice* relaciona-se à condição de *velho* compreendida em sua totalidade histórica, social e multidimensional. O vocábulo *envelhecimento* refere-se ao processo de envelhecer. Pode ter conotação subjetiva, singular, mas aqui, o uso essencial do termo será para exprimir o processo coletivo, enquanto fenômeno - demográfico, social e histórico - que produza determinadas condições e exige tratamento específico de suas nuances (Montenegro, 2021, p.26).

Dados recentes do IBGE, publicados em novembro de 2025, demonstram que a população maior de 60 anos no Brasil está em 34,1 milhões de pessoas. Destas, 24,4% estão ocupadas, a maioria em trabalhos informais. A expectativa de vida ao nascer que tinha caído em 2021 em razão da pandemia da Covid-19, voltou a crescer e está em 76,6 anos, segundo os

²Paiva (2014) apresenta a Gerontologia Social Crítica “enquanto campo destinado à produção de conhecimento comprometida com as lutas sociais e políticas e a construção de novas subjetividades vinculadas ao projeto societário da classe trabalhadora, dando conta, inclusive, de sua velhice” (Paiva, 2014, p.223).



mesmos dados. O país aumentou em mais de 31 anos a expectativa de vida da população em um período de 84 anos. Em 1940 a expectativa de vida ao nascer era de 45,5 anos.

O envelhecimento é uma conquista da sociedade e trata-se de fenômeno decorrente de melhoria nas condições de vida e de saúde; redução da mortalidade; aumento da expectativa de vida; e redução da fecundidade. É uma etapa da vida que se apresenta como as outras, cercada de desafios e possibilidades. Refutam-se as visões dessa discussão em extremos, o que contribui para estigmas, preconceitos e violências contra a pessoa idosa. Como por exemplo, o idadismo (ou etarismo); a dicotomia velho/jovem; a ideia de fragilidade que gera incapacidade e a perda de importância social quando não se produz valor, entre outras ideias. A realidade vai indicar experiências diversas, a exemplo da velhice produtiva; a velhice em situação de dependência ou ativamente inserida no contexto de trabalho e de vida.

Os dados sobre a ocupação em trabalhos informais desta população podem ser vistos sob diversos aspectos, entre eles: o fato de os rendimentos de aposentadoria serem insuficientes para suprir as necessidades, mudanças de regras na previdência social que retardam o acesso à aposentadoria, além da informalidade do trabalho que torna este acesso quase inalcançável. A condição de arrimo de família pode ser um fator que contribui para retardar a aposentadoria.

Nas condições em que ocorrem as velhices brasileiras não cabe romantização nem eufemismo com relação a esta etapa da vida. A capacidade de seguir a resistência e luta por direitos e justiça social é parte do enfrentamento das contradições e interesses econômicos que subjagam direitos ao interesse do capital. Nesse sentido, entende-se que os movimentos sociais pelos direitos da pessoa idosa envelhecer com dignidade devem ser fortalecidos.

Presume-se a necessidade de ações refletidas, avaliadas, recriadas no sentido da unidade na diversidade e, principalmente, evitando dicotomias, verdades e dirigismos que servem para limitar a capacidade criativa. Compreende-se que a altivez e engajamento dos sujeitos sociais são formas históricas de resistências e conquistas. Conforme Freire (1987), “a reflexão e a ação se impõem, quando não se pretende, erroneamente dicotomizar o conteúdo da forma histórica do ser do homem” (Freire, 1987, s.n.).

A participação nos vários movimentos sociais, incluindo os que lutam pelos direitos da pessoa idosa, consiste em uma possibilidade de reverter os desafios do envelhecimento, além de contribuir nos aspectos sociais, culturais e políticos.

Entende-se como sujeitos sociais e políticos aqueles que lutam por direitos, políticas públicas e condição de cidadania. Essa condição, no contexto da sociedade capitalista, é permeada por contradições e não é um consenso, a despeito de existir leis e tratados falando de igualdade e justiça social. Nos termos de Telles (1998) são os “sujeitos falantes”, aqueles que usam a “palavra para transgredir” e dar visibilidade às causas das lutas contra as opressões e a favor dos direitos. Na visão da autora, “se é certo que a reivindicação por direitos faz referência aos princípios universais da igualdade e da justiça, esses princípios não existem como referências de consenso e convergência de opiniões” (Telles, 1998, p.40).



Cabe ressaltar que a defesa da participação social e luta por direitos é uma entre outras perspectivas de se viver a velhice. Defende-se que as pessoas idosas sejam protagonistas na luta por seus direitos, mas também que esta seja uma questão que envolva a sociedade em suas diversas gerações. Com isso, partilha-se da ideia de envelhecimento ativo no aspecto político com o intuito de debater questões, identificar necessidades e lutar por conquista de políticas públicas específicas, para além da ideia das atividades para manter saúde, memória, integração social, cultural, tão importante quanto.

Coelho (2012) define a participação como “as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social” (Coelho, 2012, p.139). Compreende-se que a participação social e a participação institucionalizada³ compõem o contexto da sociedade democrática, mas ainda são um desafio no contexto brasileiro. São direitos conquistados desde os princípios das políticas públicas constantes da Constituição de 1988, mas a inscrição em uma lei não é suficiente para que os processos sejam livres e democráticos, além de que a noção de cidadania vem sendo construída de forma lenta no país.

Daí o sentido de se criar espaços que fortaleçam a compreensão do protagonismo social e da luta por direitos para ampliar a condição de cidadania, mais que apenas seguir ritos burocráticos atinentes à forma estatal. Participação implica divergências, debates e conflitos de ideias. Trata-se de um exercício a ser vivenciado para produção de aprendizados coletivos.

A formação sócio-histórica brasileira, marcada pela colonização, escravismo, períodos ditatoriais, contribuiu para o retardamento da noção de cidadania. As profundas desigualdades sociais, o racismo estrutural, o mandonismo e as relações hierarquizadas entre as elites e a população em geral, contribuíram para que os direitos sociais que afetam especialmente a velhice fossem conquistados tardiamente. Um exemplo disso é a proteção social institucionalizada que teve origem em formato restrito a alguns trabalhadores, o que Wanderley Santos (1979) chamou de “cidadania regulada”⁴. Apenas com a Constituição Federal de 1988 é que foram conquistados no país direitos básicos e houve a inscrição na lei sobre a responsabilização do Estado por alguns deles.

Nesse contexto, a compreensão de cidadania ficou prejudicada no ambiente social. Os direitos constitucionais vêm sendo implementados em contexto econômico desfavorável à perspectiva de justiça social. Para Carvalho (2012), os direitos sociais são resultados da organização da sociedade, e buscam minimizar as desigualdades produzidas no sistema capitalista, tendo como base a ideia de justiça social. Trata-se de disputas contraditórias entre o modelo econômico e os interesses da sociedade. Mas também, a incompreensão da noção de direitos humanos e cidadania ainda se faz presente.

Conforme Benevides (s.a.):

³ A participação institucionalizada é aqui entendida como aquela que ocorre através dos Conselhos de Direitos formalizados nos diversos níveis estatais de gestão das políticas públicas.

⁴ O autor afirma: “por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal[...]” (Santos, 1979, p.75).



É bom lembrar também que, nas sociedades democráticas do chamado mundo desenvolvido, a ideia, a prática, a defesa e a promoção dos direitos humanos, de uma certa maneira, já estão incorporadas à vida política. Já se incorporaram no elenco de valores de um povo, de uma nação. Mas, pelo contrário, é justamente nos países que mais violam os direitos humanos, nas sociedades que são mais marcadas pela discriminação, pelo preconceito e pelas mais variadas formas de racismo e intolerância, que a ideia de direitos humanos permanece ambígua e deturpada. Portanto, no Brasil, hoje, é extremamente importante situar direitos humanos no seu lugar. (Benevides, s. a., p.2.)

As legislações que protegem a pessoa idosa também são marcadas por estes limites, sendo o Estatuto da Pessoa Idosa (2004) a mais importante delas. Assim como outros estatutos de direitos no Brasil, segue uma perspectiva neoliberal, nesse caso, de que a família seja a principal responsável pelo cuidado da pessoa idosa, seguida pela sociedade e, por último, pelo Estado. Apesar desse direcionamento, o Estatuto da Pessoa Idosa tem sido uma referência para implementação de políticas públicas e das lutas por direitos desse grupo populacional.

Essas breves reflexões buscam reforçar a importância do envelhecimento demográfico em uma perspectiva de protagonismo das pessoas idosas na luta por seus direitos. A ideia é de que se faz necessário debater, conhecer e lutar por políticas públicas que atendam as necessidades das pessoas idosas em sua diversidade de condições. Dessa forma, compreende-se o papel da universidade, através do ensino, pesquisa e extensão, de contribuir com processos coletivos, reflexivos, críticos e de cunho ético-político, visando o fortalecimento das lutas por direitos e justiça social.

No item a seguir apresentam-se pontos básicos de uma experiência de extensão universitária nessa perspectiva.

3 O PROJETO DE EXTENSÃO ENVELHECER E PARTICIPAR E O DEBATE CRÍTICO SOBRE ENVELHECIMENTO, VELHICES E A CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SONHOS PARA A CIDADANIA DAS PESSOAS IDOSAS

A extensão universitária constitui um dos pilares para a formação acadêmica compondo um “tripé” indissociável ao lado do ensino e da pesquisa. Tem o intento de produzir transformação nos agentes envolvidos no processo - universidade e sociedade - além de ter caráter participativo e interdisciplinar.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX):

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.28).

O mesmo documento aponta que as diretrizes destas atividades passam também pela necessária interação dialógica, de forma a favorecer o protagonismo dos estudantes e da sociedade, tendo como resultado a transformação social. Nesse sentido, entende-se a extensão universitária como um espaço essencialmente democrático, exigindo a participação efetiva dos e das participantes desde a concepção, planejamento e execução do projeto ou



ação, além de avaliações dos processos e dos resultados.

É nessa perspectiva, também defendida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2022), que se almeja a construção de “extensão popular” com base nas lutas e resistências da sociedade e o desejo de contribuir ao lado dos outros pilares para uma educação emancipatória.

Calcado por esta visão nasceu em 2024/2025 o Projeto de Extensão “Envelhecer e Participar: ação permanente do Núcleo de Políticas Públicas Sociais (NPPS)”. A iniciativa se fundamenta nos objetivos do NPPS, programa de extensão que agrega outros projetos e que busca “oportunizar iniciativas na criação de projetos de extensão que atendam e mobilizem a sociedade, potencializando uma formação profissional implicada com a conquista dos direitos sociais e a participação social nas políticas públicas” (NPPS,2022).

Um modo de fazer a extensão universitária foi característico nessa experiência, através de iniciativas essencialmente democráticas, desde a concepção, com a escrita do projeto, até a divulgação e realização das atividades. Foi possível envolver pessoas da sociedade, no caso, lideranças militantes em fóruns, espaços sociais e/ou conselhos de participação social, além de profissionais e estudantes que contribuíram em todas as etapas do processo.

O projeto de extensão Envelhecer e Participar

se apresenta como uma oportunidade de favorecer a aproximação e ação com a sociedade, articulando os eixos indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, de forma a envolver a comunidade acadêmica diretamente com pessoas idosas (> 60 anos), lideranças de movimentos sociais, conselhos de direitos e iniciativas focadas na concepção de que o envelhecimento é uma questão social, que cada vez mais merece visibilidade, compreensão dos direitos sociais e participação nas políticas públicas voltadas às necessidades deste grupo social (Envelhecer e Participar,2024, p.2).

A iniciativa busca propiciar processos de ensino/aprendizagem que envolvem a participação de docentes, discentes e a comunidade, ancorando-se na ideia de que o conhecimento acadêmico e as experiências sociais dos sujeitos de direitos, através dos espaços de mobilização e participação social constroem saberes coletivos, geram protagonismos e luta por direitos e cidadania. Nesse sentido, a criação de espaços de diálogos, estudos e formação para cidadania são essenciais. A concepção básica desse projeto:

[...] está no entendimento de que a educação de base é um caminho que fortalece a democracia, autonomia e conquistas sociais com vistas a romper com as limitações impostas por toda a gama de elementos que interseccionam o acesso a direitos, a exemplo da condição de classe, raça, gênero, diversidade sexual e outros (Envelhecer e Participar, 2024, p.3).

Estes fundamentos foram determinantes na definição dos objetivos, destacando-se aqui o objetivo geral de “propiciar espaço de diálogo e formação sobre o fenômeno do envelhecimento, os direitos sociais da pessoa idosa e a importância da participação social para fortalecer a atenção à pessoa idosa, a organização da sociedade, os movimentos sociais e a luta por estes direitos” (Envelhecer e Participar, 2024, p.6-7).

O projeto se organiza em dois tipos de atividades: um Grupo de Estudos permanente e quinzenal; e uma Formação Semestral (curso de extensão), nos quais participam pessoas idosas, lideranças, profissionais, docentes e discentes. Todas as atividades foram previamente



planejadas por miniequipes que tiveram a atribuição de pensar na estratégia, nos materiais disparadores e na dinâmica das discussões. Durante o ano de 2025, o projeto contou com dez lideranças (membros de conselhos, fóruns, ativistas na temática do envelhecimento, ativistas do movimento de mulheres e do movimento de igualdade racial, além de profissionais), oito estudantes extensionistas e uma docente na coordenação do projeto e das ações formativas.

O Grupo de Estudos é um espaço de diálogo, fomento de visão crítica, discussão e planejamento. Os membros deste grupo se constituem como Núcleo Organizador do Projeto de Extensão, desenvolvendo processos essencialmente democráticos onde todas as pessoas contribuem no planejamento, execução e avaliação das atividades. Através de conteúdo e materiais didáticos previamente definidos pelo coletivo, os temas são debatidos, o que contribui para fortalecer o conhecimento e a organização das pessoas em torno das questões que envolvem diretamente o interesse das pessoas idosas.

Neste espaço, a participação de pessoas do Fórum do Envelhecimento Saudável de Santos, membros de Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e participantes de movimentos sociais pelo direito da mulher e pela igualdade racial tornaram o espaço potente e aglutinador na luta por direitos sociais. O perfil inicial das pessoas que compuseram o projeto foi essencial para o fortalecimento da grupalidade, além da estratégia horizontal, democrática e de construção coletiva ter mantido o grupo apropriado e parte de todo o processo. Da mesma forma, o amadurecimento do grupo impõe o desafio de abranger pessoas que ainda não estejam engajadas no debate crítico sobre o envelhecimento.

No ano de 2025, o Grupo de Estudos ocorreu de janeiro a dezembro. Inicialmente foram utilizadas estratégias que favorecessem o agrupamento, fortalecendo a concepção do projeto e a organização dos materiais de estudo. Sem a pretensão de limitar os conteúdos, o projeto apresentou os principais eixos temáticos para os estudos: Envelhecimento Demográfico e a diversidade de velhices; Direitos sociais da pessoa idosa; Políticas Públicas para a pessoa idosa e realizações na cidade de Santos; Cidadania e Participação Social; Os movimentos sociais de luta pelos direitos da pessoa idosa no município de Santos.

As primeiras reuniões foram importantes para discutir diferentes concepções na abordagem do envelhecimento e demarcar a perspectiva de educação popular como um “farol” do aprendizado coletivo. Nesse sentido, o Grupo de Estudos focou no primeiro ano, nas seguintes temáticas correlacionadas: Educação Popular com base em Paulo Freire; Cidadania e Direitos Humanos; Participação Social; Desigualdades raciais e envelhecimento; Marco Conceitual do Cuidado, entre outros. Esse conjunto de materiais foi discutido no 1º semestre de 2025.

No 2º Semestre optou-se por focar na fala dos membros do Grupo de Estudo, considerando suas trajetórias em participação social e/ou outras potencialidades, discorrendo sobre processos relevantes e saberes, os quais foram compartilhados, fortalecendo o conhecimento diverso, além da grupalidade, elemento essencial no processo. No total foram 18 encontros no ano de 2025.



A segunda estratégia - a Formação Semestral - foi discutida, planejada, executada e avaliada com a participação efetiva do Núcleo Organizador do Projeto de Extensão Envelhecer e Participar, a qual será brevemente descrita a seguir.

4 A FORMAÇÃO VOZES DA CIDADANIA: INICIANDO O DEBATE

A ação extensionista, no caso, um curso de extensão, que foi denominado “Formação Vozes da Cidadania: Envelhecer e Participar” consiste em uma proposta específica do Projeto de Extensão Envelhecer e Participar, que está prevista para ocorrer semestralmente. No primeiro ano da Extensão esse curso ocorreu no 2º semestre. A atividade exige planejamento e estratégias que foram construídas coletivamente desde o cronograma até as temáticas abordadas, sua divulgação e realização. Conforme o planejamento, a formação está voltada às:

peças idosas e/ou público interessado na temática central que é a cidadania, participação social e as políticas públicas para as pessoas idosas. Tal ação está prevista acontecer semestralmente, tendo como base a construção coletiva desde a sua concepção e desenvolvimento (Formação Vozes da Cidadania, 2025, p.1-2).

Os objetivos da formação seguiram os previstos no Projeto de Extensão, porém alterou-se a estratégia. Pretendia-se atingir a um público que ainda não tinha sido contemplado na extensão, além do fato de que os membros do Grupo de Estudos tiveram participação relevante na organização e realização da formação, inclusive, compondo a coordenação da atividade. Organizou-se a temática geral da formação com base nos propósitos do projeto de extensão. Em resumo: envelhecimento, participação e cidadania.

Dessa forma, os temas discutidos na formação foram: O envelhecimento demográfico; A compreensão sobre cidadania e política; A importância da participação social na luta por direitos sociais; As políticas públicas para a pessoa idosa; Quais desafios para a efetivação dos direitos da pessoa idosa na cidade de Santos?

Para cada encontro utilizaram-se estratégias variadas, evitando-se a aula expositiva tradicional. Foram definidas as questões orientadoras para cada dia, utilizou-se de materiais disparadores (imagens, frases) e foram organizados subgrupos para o diálogo e breve compartilhamento. A equipe responsável por cada dia tinha a tarefa de sintetizar e fazer “pequenas entregas” articulando com a proposta do dia, além de memórias que embasaram as avaliações no processo e no final da ação.

A Formação foi prevista para até 30 participantes e ocorreu em quatro encontros entre outubro e novembro de 2025, totalizando 10 horas. A atividade foi divulgada em reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, publicação em rede social. Atingiu um público de 27 participantes que ao final de cada encontro realizaram uma breve avaliação do dia. No final da formação, os participantes acessaram um Formulário digital para avaliação da formação como um todo, o qual foi respondido por 10 participantes, cujas contribuições serão resumidas a seguir.

Os participantes foram instigados a apontar o que mais gostaram na formação, o que menos gostaram, e suas sugestões. De modo geral foi mencionada a diversidade de assuntos



e de participantes como um aspecto positivo, além das dinâmicas e participação das pessoas envolvidas (participantes e equipes). Também foi mencionado o aprendizado, a troca de experiência e o tema das múltiplas velhices.

Os pontos que mais gostaram coadunam com as observações realizadas nos dias dos encontros. Demonstravam vontade de expor, refletir e quase sempre o tempo não era suficiente para a profundidade que o “calor” dos debates exigia. Sendo esse um dos aspectos apontados quando mencionaram sobre o que menos gostaram.

Houve dias em que as discussões extrapolaram o tempo previsto, prejudicando outros compromissos dos participantes. Apontaram sobre a necessidade de aprofundamento de alguns temas e a falta de tempo para discutir as “saídas” diante das análises propostas. O tempo para as apresentações dos subgrupos foi considerado pequeno e o fato do curso ter apenas quatro encontros foi considerado como um aspecto negativo. Manifestaram o desejo de seguir na atividade.

Aqui vale lembrar que um espaço contínuo de debates é o grupo de estudos, que poderá ser ampliado com a inclusão dos participantes das formações. É importante destacar que esta atividade foi realizada no espaço da universidade, porém, a ideia para as próximas formações é que os encontros sejam realizados nos territórios de acordo com as articulações e interesses prévios.

Por fim, como sugestões, as pessoas participantes apontaram: a construção de uma cartilha com serviços específicos para as pessoas idosas e/ou materiais educativos de apoio; o debate entre os subgrupos, sugerindo a importância de que os mesmos dialogassem a partir da discussão trazida por cada um deles; melhor controle do tempo e das falas; neutralidade dos facilitadores; participação de profissionais com temas específicos de interesse para a pessoa idosa, a exemplo de terapeutas ocupacionais e nutricionistas; discussão das funções das entidades (fóruns, conselhos de direitos); discussão sobre saúde mental; formação de agentes a partir de 60 anos.

A maioria das demandas estão relacionadas à experiência da formação e indicam possíveis adequações nos processos de avaliação e reorganização das próximas atividades. Algumas sugestões vão além de aspectos relacionados ao curso, mas não deixam de ser importantes. Um exemplo disso foi o pedido por neutralidade em alguns posicionamentos de cunho ético-político da equipe coordenadora. O pedido não será atendido, pois foge ao escopo do projeto, mas indica um aspecto que poderá ser aprofundado em futuras discussões. O entendimento (ou desejo de) uma possível neutralidade na discussão de direitos sociais, cidadania, participação e justiça social indica a necessidade de reiterar questões básicas como história, lutas e conquistas de direitos, reforçar os princípios democráticos no contexto de uma sociedade marcada por desigualdade social, processos hierárquicos e ditatoriais.

O debate crítico e plural acolhe todas as manifestações, o que só se efetiva em espaço dialógico, horizontal e radicalmente democrático, razão da extensão universitária e das formações que se efetivam em todas as possibilidades de encontro.



A visibilidade das potências e desafios que envolvem o envelhecimento da população se dará pelas diferentes formas de organização das lutas e resistências por direitos sociais. Estas prescindem do protagonismo das pessoas idosas e, também, das diversas gerações. Dessa forma, as demandas e respostas para o envelhecimento devem ter um enfrentamento coletivo.

5 CONCLUSÃO

O debate sobre envelhecimento, participação e cidadania indica de forma resumida possibilidades a se construir na universidade, seja no ensino, pesquisa ou extensão. O “tripé” da formação acadêmica não prescinde de qualquer destes eixos, porque são indissociáveis, complementares e exprimem uma visão de totalidade. A experiência cotidiana na universidade, por razões que não são o foco deste artigo, muitas vezes não favorece esse encontro quase “harmônico” do “tripé”. Envolve volume de atividades, escassez de recursos, dentre outros. No entanto, quando se efetiva uma proposta com princípios inarredáveis do ponto de vista ético e político, a experiência de olhar, avaliar, relatar, cumpre o papel de valorizar e reiterar para não esquecer e produzir as transformações desejadas.

Este artigo trouxe um relato de experiência em extensão, iniciando pelos preceitos que regem esse “eixo” da formação acadêmica, buscando não só qualificar as ações de extensão, mas reiterar o valor que estas atividades podem produzir na dinâmica universidade/sociedade, esperando-se que o resultado para a sociedade seja significativo, além da produção de saberes envolvendo todos os participantes, sejam público em geral, público específico, no caso, pessoas idosas, sejam docentes, discentes e profissionais.

O Projeto de Extensão Envelhecer e Participar é um entre tantas outras possibilidades que podem produzir essas transformações. Em seu primeiro ano de existência teve a densidade necessária para a sedimentação dos pilares do projeto, além da busca por estudos e formação.

A organização do Grupo de Estudos sobre Envelhecimento foi significativa, formadora e aglutinadora. Significou a abertura de um espaço plural de diálogos e estudos, além do contato com materiais científicos fundamentais no processo de ensino/aprendizagem coletivo que visam além do próprio conhecimento, a motivação para a discussão e transformação da realidade que é processual e contínua. Os diálogos sobre educação popular, participação e cidadania forneceram a base para a compreensão da concepção dessa extensão, sendo um primeiro “caminho” na longa “estrada”. A estratégia contínua de avaliação dos processos deverá indicar as mudanças necessárias, os novos conteúdos, pautas de lutas e outras iniciativas que tenham como foco o debate crítico do envelhecimento.

Da mesma forma, a Formação Vozes da Cidadania propiciou encontros, trocas de informação e o acesso aos primeiros “termômetros” críticos sobre a ação, elemento essencial na avaliação e aprendizagem. O acesso mais amplo a pessoas idosas que demonstraram



interesse em debater sobre envelhecimento e cidadania, configura um certo “plantio de sementes” que podem produzir os frutos do diálogo, da participação e da resistência.

A importância do envelhecimento demográfico exige iniciativas de toda ordem que possam evidenciar a complexidade dos desafios, mas as possibilidades de se identificar necessidades e somar às lutas por direitos.

A experiência democrática e participativa foi o “farol” que norteou estas ações, o que se identifica como a conquista inicial nesse primeiro ano de atividades. Envelhecer e Participar carrega a mensagem de que as pessoas idosas podem ser protagonistas no reconhecimento de suas necessidades e na inserção ativa e política na sociedade, com vistas ao envelhecimento com dignidade. A participação defendida nesse projeto requer a percepção da diversidade de velhices que são demarcadas por processos históricos profundamente desiguais na realidade brasileira. Foi dada a “largada” com a certeza de que as pessoas juntas em diálogo horizontal produzem caminhos e possíveis transformações da realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS).

Curricularização da Extensão e Serviço Social. 2022. Disponível em:

<https://media.webfans.com.br/abepss/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social-v2-202301312008185662110.pdf> Acesso em 08/01/2025.

BENEVIDES, M^a Victória. Cidadania e Direitos Humanos. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, s/a. Disponível em:

<https://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf> Acesso em 08.01.2026.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COELHO, Juliana Souza. Construindo a participação social no SUS: um constante repensar na busca de equidade e transformação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.21, Supl. I, p.138-151.2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4Wt8xWdgTMWXNkyqBmkpR7G/abstract/?lang=pt> Acesso em 12.01.2026.

Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira

(FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus,2012. Disponível em:

<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acesso em 08/01/2026.

FREIRE, Paulo. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho:os homens se libertam em comunhão. In: FREIRE, Paulo.**A pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais.** Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45343-ibge-mostra-que-um-a-cada-quatro-idosos-trabalhava-em-2024> Acesso em 08/01/2026.



MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de. **Envelhecimento com dependência e o debate do cuidado como direito social**. Curitiba: CRV, 2021.

Núcleo de Políticas Públicas Sociais (NPPS). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). **Programa de Extensão Universitária**. 2022.

Núcleo de Políticas Públicas Sociais (NPPS). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). **Projeto de Extensão Envelhecer e Participar**: ação permanente do Núcleo de Políticas Públicas Sociais. 2025. Disponível em: <https://proreitoria.unifesp.br/proec/programas-e-projetos>
Acesso em 08/01/2026.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: afinal, do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v.37, p.34-45, Mai, 1998.